



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

RELATÓRIO E VOTO AO PROJETO DE LEI N. 0038/2024

Altera o anexo único da Lei nº 18.278, de 2021, que "consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para o fim de declarar de utilidade pública estadual a Associação Cultural Cinemateca Catarinense.

Autoria: Dep. Luciane Carminatti

Rel.: Dep. Mário Motta

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria da Dep. Luciane Carminatti, que pretende declarar de utilidade pública a Associação Cultural Cinemateca Catarinense e alterar o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para neste fazer constar o nome de tal entidade.

A matéria foi lida na Sessão Plenária do dia 27 de fevereiro de 2024 e encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu parecer favorável, com relatório e voto do Deputado Sérgio Guimarães aprovado por unanimidade.

Nesta Comissão de Educação e Cultura, fui designado à relatoria, nos termos regimentais. É o relatório.

II - VOTO

Considerando a análise da matéria sob a ótica da presente Comissão de Educação e Cultura, oriento-me pelos artigos 78 e 144, III, do



Regimento Interno deste Poder, para examiná-la à luz do interesse público, notadamente quanto aos campos temáticos e áreas de atividade que lhe competem.

Neste sentido, verifico que a Associação Cultural Cinemateca Catarinense, entidade fundada em 1986, tem trabalhado intensamente no que se refere à sua área temática, conforme Relatório de Atividades, acostado no Evento 8, dos autos, promovendo diversas atividades e políticas culturais, junto a órgãos públicos e privados do estado de Santa Catarina, a exemplo do programa de qualificação em cinema e audiovisual “Qualifica SC Cine”, concebido a partir de convênio firmado com a Fundação Catarinense de Cultura, ministrando aulas de mais de 20 horas de duração cada, com profissionais de reconhecida experiência no setor, atendendo um total de 499 participantes¹.

Portanto, considero que a concessão do título de utilidade pública estadual à entidade postulante coaduna-se com o interesse público, uma vez que suas atividades atendem aos critérios analisados por este Colegiado, que incluem a promoção de práticas educacionais e culturais não formais, bem como assuntos relacionados à educação em geral.

Diante do exposto, com fundamento nos arts. 144, III, e 78, do Regimento Interno da Alesc, voto pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei n. 0038/2024**, nesta Comissão de Educação e Cultura.

Sala das Comissões,

Deputado **Mário Motta**

Relator

1

Agência de Notícias SECOM. **FCC e Associação Cultural Cinemateca Catarinense lançam programa Qualifica SC Cine**. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/fundacao-catarinense-de-cultura-e-associacao-cultural-cinemateca-catarinense-lancam-programa-qualifica-sc-cine/>. Acesso em: 26/07/2024.